



**ESCOLA DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO SENAC
SANTA CRUZ**

SEREI A

Theo Dominique de Azevedo Trodo Lima

Projeto de Formação Profissional
Orientadora Professora Nêmora Francine Backes
Santa Cruz do Sul, 14 de junho de 2022.

1. TEMA

O tema desse projeto de pesquisa consiste em investigar as necessidades da comunidade trans no Brasil, em especial, a população jovem, e a partir disso, propor auxílio baseado em desenvolvimento web.

2. PROBLEMA

“Como o desenvolvimento web pode auxiliar jovens trans no Brasil?”.

3. JUSTIFICATIVA

Apesar de o Censo Demográfico, realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não incluir opções de respostas que refletem pessoas trans, a Antra (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) estima que elas têm expectativa de vida de 35 anos. Em 1990, a homossexualidade parou de ser considerada uma doença mental pela OMS (Organização Mundial da Saúde), porém, apenas em 2018, a OMS retirou a transexualidade da mesma classificação. Estes são alguns dos fatores que mostram a invisibilidade e patologização da comunidade transgênero.

É de extrema importância não apenas reconhecer essa parte da população, como também proporcionar o apoio necessário dentro de um sistema — ou *cistema* — que lhes oprime todos os dias. Em vista da baixa expectativa de vida e a hostilidade que jovens trans sofrem em núcleos familiares e escolares, esse projeto traz questionamentos e abordagens baseadas na tecnologia e na internet, especialmente ao levar em conta que o uso destes tem se tornado cada vez mais comum pela juventude.

A tecnologia é uma ferramenta de uso frequente na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, sendo registrados mais de um celular por pessoa no Brasil em 2022, segundo a FGV. E em termos de Brasil, de acordo com o Pew Research Center (2021), o país detém hoje a segunda colocação quando se trata de desenvolvimento de aplicativos. Os jovens brasileiros têm uma taxa de uso de celulares de 96%, segundo um estudo da McAfee (2022); assim, é relevante refletir sobre a utilização de técnicas de desenvolvimento de sites e aplicativos, para auxiliar grupos minoritários, nesse caso, a população trans jovem.

Particularmente, por ser um jovem trans, percebo na pele a invisibilidade causada pela falta de estudos e discussões sobre nossa saúde e bem-estar, assim como o tabu ao redor da vivência trans por si só, o que me motiva a investigar a fundo formas de incluir e ajudar outras pessoas como eu, assim como dar um "pontapé" numa área que percebo a carência e importância da pesquisa científica.

Já que eram poucos os projetos que eu encontrava quando pesquisava sobre pessoas trans, e isso somado à necessidade de elaborar uma pesquisa para a conclusão do curso no Ensino Médio e Técnico Senac, resolvi considerar o desenvolvimento web como uma ferramenta que poderia ser usada para a criação de plataformas que podem ajudar a população trans jovem.

4. OBJETIVOS

a. Objetivo Geral

- Desenvolver uma plataforma virtual destinada para auxiliar para jovens trans no Brasil.

b. Objetivos específicos

- Verificar estudos e fontes históricas sobre transgeneridade no Brasil.
- Entender a importância do nome social para pessoas trans e as resoluções legais brasileiras que protegem esse direito.
- Investigar a diversidade de gênero e como a língua reflete esse fator.
- Apresentar a proposta de um aplicativo ou *site* que atenda às necessidades investigadas.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

5.1. Sobre movimentos trans no Brasil

A origem dos movimentos nacionais protagonizados por pessoas trans não é conhecida por muita gente no país. A transfobia transforma a vivência não-cis em um tabu; não se citam movimentos queers nas escolas, não existem espaços acessíveis para que a história seja difundida. Por isso, há a necessidade de uma longa e difícil

investigação para tomar conhecimento da realidade trans no Brasil, e muito mais, suas origens.

Não existem registros sobre o momento exato em que pessoas trans começaram a se reconhecerem no Brasil, em vista de que, mesmo em 2023, ainda não existam opções no censo demográfico do IBGE que reflitam a existência trans; entretanto, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) reúne o máximo possível de informações nas seções de seu site oficial. Nesta pesquisa, a ANTRA foi de crucial importância, pois seu acervo reúne a história do maior e mais antigo movimento trans de atuação política no Brasil. Com isso, tracei uma linha do tempo que resume o processo do estabelecimento da comunidade trans à nível nacional a fim de exemplificar com evidências a relevância social do projeto: pessoas trans sempre estiveram aqui, e desde que nos entendemos, estamos lutando por reconhecimento e pelos nossos direitos. Nossas vozes podem não ser ouvidas, mas elas existem e resistem.

5.1.1. O primeiro movimento nacional

Muito se discute sobre a Revolta de Stonewall, ocorrida em 1969, na cidade de Nova York (EUA), e considerada um dos maiores símbolos relacionados à luta queer. Na época, os Estados Unidos tinham diversas leis anti-LGBTQIA+, a homossexualidade era considerada clinicamente um transtorno mental, e existia uma violência policial padrão que ocorria nos bares gays, que expulsavam os clientes e depois fechavam o estabelecimento, de forma a tentar eliminar a população “deturpada” do país, prendendo qualquer um que frequentasse esse tipo de bar. No dia 28 de junho, entretanto, dizem que Marsha P. Johnson, uma mulher trans que frequentava Stonewall Inn, atirou a primeira pedra em uma batida policial, e assim se desencadeou dias de luta entre a população queer e os policiais; essa revolta foi um marco na luta pelos direitos civis LGBTQIA+, sendo lembrada em todo o mundo. Mais tarde, no dia 25 de junho de 2015, a Suprema Corte dos Estados Unidos aprovou o casamento entre pessoas de mesmo sexo. A junção desses dois acontecimentos em julho tornou este o Mês do Orgulho LGBTQIA+. (BLAKEMORE, 2021)

Entretanto, apesar da Revolta de Stonewall ter sido um marco importante na história queer, é preciso entender que cada parte da comunidade se desenvolveu de formas diferentes, assim como cada país teve sua própria política interna em relação

à comunidade LGBTQIA+. No Brasil, tivemos a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), originada em 1992 no Rio de Janeiro, que tinha como objetivo empoderar ativistas trans, pois os recursos direcionados à saúde e segurança pública desta comunidade eram extremamente escassos. No início de 1993, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS). A liderança travesti era mínima; além da ASTRAL, existia somente o Grupo Esperança, em Curitiba, que eram focados e dirigidos por travestis. (SOUSA, s.d.)

O segundo Encontro ocorreu em Vitória, no Espírito Santo, dessa vez com o intuito de dar visibilidade e incentivar a organização da comunidade trans; assim, ficou decidido que os encontros se tornariam anuais e aconteceriam uma vez no Rio de Janeiro e na próxima vez em outro lugar. No terceiro Encontro se estabeleceu a necessidade de ter uma rede nacional de apoio, o movimento organizado de travestis. “Mas os debates ali também tratavam de outras pautas [...]: o respeito ao nome social, a regulamentação da prostituição como trabalho profissional, acesso aos serviços de saúde, violência, educação.” (SOUSA, s.d.)

Ainda entre os anos 90 e 2000, existiu a Rede Nacional de Travestis – RENATA que tinha como objetivo trazer travestis para dentro da política brasileira; em 1997, os Liberados foram incluídos nessa rede também, gerando o nome Rede Nacional de Travestis e Liberados – RENTRAL; em 2000, o nome mudou novamente e se tornou Articulação Nacional de Transgêneros - ANTRA. A palavra “travesti” era utilizada de forma pejorativa, assim sendo preferível substituí-la pelo termo geral “transgênero”; porém, essa não foi uma decisão unânime do movimento, e muitas ativistas da época lutaram para quebrar o estigma ao redor da nomenclatura, buscando reivindicá-la como parte de sua identidade, para que anos depois a ANTRA passasse a significar Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Em 29 de janeiro de 2004, a ANTRA elaborou a campanha “Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos” em conjunto com o Programa Nacional de DST/AIDS – marco que originou o Dia da Visibilidade Trans posteriormente. (SOUSA, s.d.)

Relembrar e registrar a existência e atuação desses movimentos é importante para a valorização da comunidade trans; é uma maneira de mostrar que pessoas trans sempre existiram em todos os lugares e que sempre estivemos lutando pela garantia de nossos direitos humanos, procurando protagonismo político para que nossas vozes

fossem ouvidas. Entretanto, ressalto que viver e sobreviver como uma pessoa trans no Brasil é, por si só, um ato político. Segundo Aristóteles, os seres humanos são animais políticos, que procuram a convivência em sociedade inconscientemente, e que, assim sendo, é impossível escapar da política. Por consequência, afirmo que viver, atuar politicamente, tomar protagonismo em uma sociedade que oprime e mata, sempre será um ato político.

“Se somos reconhecidas como cidadãs apenas em épocas de eleição, não queremos! Vamos rasgar o que nos dá essa única oportunidade, pois queremos ser cidadãs todos os dias!”, frase de Jovanna Baby, anteriormente presidente da RENTRAL, após iniciar um protesto onde as travestis rasgavam seus títulos de eleitores. (SOUSA, s.d.)

5.1.2. Primeiras gestões

Nesse contexto de desenvolver a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, em busca de existir uma rede nacional de lideranças travestis, que prezaria pela segurança pública, saúde, direitos iguais (a partir do protagonismo político), a ANTRA teve sua primeira gestão com alguém que veio do Grupo Esperança, de Curitiba. A segunda gestão teve ativismo na Associação de Travestis do Ceará (ATRAC), de Fortaleza, mas ela veio a falecer precocemente, então foi substituída pela vice que veio do grupo Dignidade, em Curitiba, mas ela também teve um falecimento cedo.

O grupo Esperança de Curitiba ainda se mantém em atuação focada nos direitos travestis e transexuais, tendo um papel importante com palestras e cursos profissionalizantes, além de participar em conjunto com a Prefeitura de Curitiba no projeto Amar Não Tem Idade, que atende idosos com palestras sobre DST/Aids e autoestima. (Prefeitura de Curitiba, s.d.) A Associação de Travestis do Ceará (ATRAC) foi fundada em 2001, com direção de Janaína Dutra (a primeira travesti advogada a ter seu nome social em sua carteira da OAB no Brasil, que posteriormente se tornou presidente da ANTRA) e Thina Rodrigues, e a ATRAC também segue em sua forte luta de resistência. Em Curitiba, hoje existe o Portal Dignidade, que reúne cinco organizações focadas no bem-estar LGBTQIA+, são elas: o Grupo Dignidade, a Aliança Nacional LGBTI+, o Instituto Brasileiro de Diversidade Sexual (IBDSEX), o

Centro Paranaense da Cidadania (Cepac) e o Espaço Paranaense da Diversidade LGBT (Epad). (Portal Dignidade, s.d.)

É interessante de reparar como a colaboração entre as organizações foram necessárias para o fortalecimento de uma rede nacional para o apoio de pessoas trans em todo o país. Não basta existir apenas um núcleo isolado, também há a necessidade de se organizar coletivamente para que o maior número de pessoas possa receber auxílio, prezando por acessibilidade e inclusão.

5.1.3. Projeto TULIPA

Janaína Dutra fez parte da segunda gestão da ANTRA que idealizou e originou um projeto pensado em capacitar novas lideranças para defesa de direitos trans no meio político. Esse projeto foi chamado de TULIPA.

O projeto em questão foi realizado por diferentes organizações em cada região do Brasil, seguindo a ideia de que existisse uma rede nacional de apoio entre a comunidade trans/travesti. No norte, a Associação de Travestis de Manaus/AM (ATRAAM), com a assistência da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual (Diversidade de Boa Vista/RR); no Nordeste, a Associação de Travestis (ASTRA de Aracajú/SE), com a assistência da Associação de Travesti de Salvador (ATRAS/BA); no Centro-Oeste, a Associação de Travestis e Transexuais de Mato Grosso do Sul (ATMS), de Campo Grande/MS, com a assistência da Associação de Gays, Lésbicas e Travestis (ACOGLET) de Corumbá/MS; no Sudeste, a Associação de Travestis do Espírito Santo, com assistência do Grupo Identidade, de Campinas/SP; no Sul, o Grupo Esperança, de Curitiba/PR, com assistência da Associação em Defesa dos Direitos Humanos de Homossexuais (Adeh Nostro Mundo de Florianópolis/SC). (SOUSA, s.d.)

Nesse momento, percebe-se a evidente necessidade de proteger pessoas trans e, especialmente, formar organizações que prezam pelo bem-estar e saúde da comunidade; assim, se estabelecendo uma rede nacional para providenciar apoio em todos os estados do Brasil, não apenas em uma região. Acredito que exista também a necessidade de citar explicitamente os nomes dessas associações e grupos, mostrar seus papéis em ajudar vidas trans, pois são organizações que sofrem com o apagamento da história. Além disso, é necessário adicionar que estas não são as

únicas organizações que existem, visto que há a presença de dezenas de outros núcleos a nível municipais, onde suas demandas são específicas para suas regiões, sendo este processo tão essencial quanto associações nacionais, pois garantem a resistência de comunidades afastadas das metrópoles.

5.2. Sobre articulações locais

Como apresentado anteriormente, se esclarece que os movimentos direcionados à comunidade trans brasileira têm como objetivo em comum uma rede de apoio nacional, com colaborações entre organizações. Entretanto, o que ocorre por muitas vezes é a exclusão de locais além das capitais, tanto por questões de logística quanto pela falta de acessibilidade de informação. Este projeto foi elaborado na escola Senac Santa Cruz do Sul e, portanto, essa foi a cidade escolhida para a investigação de como a comunidade trans tem sido atendida e quais são as ações promovidas pelos movimentos locais.

Ambas as organizações citadas nesta pesquisa são relativamente recentes (COMUDI teve sua criação em 2020 e Ambitrans, em 2019), porém, não faltam com sua relevância. Assim como é importante manter a memória viva do passado e luta que grandes articulações tiveram e ainda têm na história do Brasil, como a ANTRA, também se faz necessário registrar os esforços locais que garantem melhores condições de vida em lugares que muitas vezes se tornam conservadores pela falta de acesso a informação, como ocorre em cidades pequenas e/ou do interior. Trazer estes dois exemplos também serve o propósito de quebrar com o estigma existente de que "apenas capitais aceitam LGBTQIA+" ou "comunidade LGBTQIA+ só existe em grandes cidades, porque lá é mais popular": embora pessoas trans estejam em todos os lugares, é comum que se escondam por medo do preconceito, e é esta realidade que estes movimentos locais estão mudando.

5.2.1. COMUDI

Em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, há o primeiro conselho da diversidade a ser implantado em uma cidade "do interior" (considerada afastada da capital e das grandes cidades): o Conselho Municipal da Diversidade (COMUDI), em atuação oficial desde 2020.

O COMUDI tem ganhado força e visibilidade na cidade desde sua criação oficializada pelo Poder Legislativo sob o governo do prefeito José Telmo Kirst e a vice-prefeita Helena Hermany. Dentre suas ações, estão: eventos para a comunidade geral focados na temática da diversidade de gênero e sexualidade, panfletos com informações referentes à comunidade LGBTQIA+, e promoção de empreendedores da comunidade LGBTQIA+ e movimentos associados.

Quanto aos eventos, o COMUDI é responsável por elaborar a parada LGBTQIA+ da cidade, que passou a ser incluída no calendário de eventos da Prefeitura Municipal desde 2023. Além disso, promoveram outros eventos, como: a Feira da Diversidade, a Semana da Diversidade, o Concurso Miss e Mister Diversidade, e a Copa da Diversidade. Todos estes eventos têm como intuito desmistificar estereótipos nocivos relacionados à comunidade LGBTQIA+, assim como criar espaços seguros para a expressão de pessoas LGBTQIA+ que vivem em Santa Cruz do Sul e regiões próximas.

Quanto à atuação política, o COMUDI estabeleceu o Fórum da Diversidade, que promove debates com especialistas de diversas áreas, assim como atividades direcionadas ao público, que incluem manifestações artísticas, por exemplo. Este Fórum é essencial para a abertura de discussões para a comunidade queer de Santa Cruz do Sul, pois aborda assuntos diversos e traz a oportunidade de contato com especialistas e outras instituições.

5.2.2. AmbiTransUNISC

Conhecido como Ambitrans, o Ambulatório Multiprofissional de atenção à saúde da população LGBTTTQ+ que ocorre nas dependências da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), é um projeto local que preza a saúde e bem-estar da população trans, com apoio e atendimento humanizado prestado por profissionais da saúde, como psicólogos, médicos, enfermeiros e assistentes sociais.

Segundo a explicação de Analídia Petry, o projeto Ambitrans foi criado em parceria com a 13ª Coordenadoria Estadual de Saúde, a Secretaria Municipal de Saúde, o PROTIG do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, a ONG Diversidade e o grupo de pesquisa Gênero e Biotecnologias da Unisc, que conta com apoio das

professoras Maria Luisa Panisselo, da Universidade Rovira i Virgile e Rebecca Carabez, da San Francisco State University.

Além de oferecer rodas de conversa e atendimentos especializados para a população trans, o Ambitrans também promove iniciativas educativas direcionadas aos profissionais e acadêmicos da área da saúde, a fim de sensibilizar os tópicos relacionados à comunidade trans para que estas pessoas sejam abordadas de forma acolhedora ao acessar serviços de saúde. Ademais, há o grupo para mães (também para pais, parentes, responsáveis etc.), focado em trazer reflexões dentro do núcleo familiar, que tem um papel de conscientização quanto a temas sensíveis.

5.3. A importância do respeito

5.3.1. Expectativas de vida e jovens trans

É impossível falar sobre vidas trans sem elaborar o quanto elas costumam ser pequenas. As primeiras gestões da maior associação nacional que visa proteger os direitos trans tiveram falecimentos precoces, assim como muitas outras que o grupo procurava ajudar. Em vista dos dados aqui já apresentados, é fácil afirmar que a comunidade trans foi empurrada para a beira da sociedade, se tornando uma população marginalizada.

“Em 2022, tivemos pelo menos 151 pessoas trans mortas, sendo 131 casos de assassinatos e 20 pessoas trans suicidadas. A mais jovem trans assassinada tinha 15 anos, e vimos um acirramento na patrulha contra crianças e adolescentes trans, sendo inclusive vítimas de violências dentro do ambiente escolar.” (BENEVIDES, 2023.)

Cerca de 99% da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans e intersexos (LGBTI) não se sente segura no Brasil. A expectativa de vida de pessoas trans é menos de 40 anos. A idade média de pessoas trans assassinadas é de 29,5 anos. (ANTRA, s.d.)

Também, o Brasil é o país que mais mata pessoas trans em todo o mundo há 13 anos consecutivos, segundo o relatório da Transgender Europe (TGEU). (ANTRA, s. d.) A partir dessa informação, se levarmos em conta que, segundo o artigo nº2 do Estatuto da Criança e do Adolescente, toda pessoa entre doze e dezoito anos de idade é um adolescente, podemos comparar para afirmar que, no Brasil, existem crianças trans que jamais viveram em um país seguro para elas.

“Às vezes escuto as pessoas dizerem que não existe crianças trans e eu sempre respondo que se não existe criança trans, também não existe criança cis”, disse Fabiana Oliveira, estudante de psicologia e integrante da Articulação e Movimento para Travestis e Transexuais de Pernambuco (Amotrans-PE). Ela elabora, anteriormente, sobre o fato de que, mesmo antes do nascimento, já se determina o gênero de uma pessoa, levando pessoas trans a sofrerem violências a partir desse momento.

No dossiê divulgado pela ANTRA, é listado que as primeiras violências na vida de pessoas trans acontecem no núcleo familiar, depois na escola e, mais tarde, no ambiente de trabalho. Todos esses fatores – a hostilidade dentro e fora de casa, a baixa expectativa de vida, os assassinatos – levam a pensar que jovens trans sofrem dificuldades tentando se desenvolver como pessoas na sociedade.

Em 2018, um estudo norte-americano avaliou índices de suicídio entre adolescentes no período de 2012 a 2015, e os resultados mostraram que o recorde de casos está entre os homens trans. Um estudo da Journal of Adolescent Health provou, com um total de 129 jovens trans norte-americanos, que o uso do nome social e pronomes corretos diminui os índices de suicídio, depressão e ideação suicida. Outro estudo da National Center for Transgender Equality também comprova que pelo menos 40% das pessoas trans já tentaram suicídio. Em resumo, os dados que podemos extrair dessas pesquisas é que a comunidade trans está sujeita a ideações suicidas e transtornos psicológicos por conta da exclusão e violências sofridas na sociedade, como o desrespeito de suas identidades e nomes; em especial, os homens trans estão mais sujeitos a cometerem suicídio, enquanto mulheres trans lidam com o transfeminicídio, como visto no Dossiê da ANTRA.

Além da diminuição da expectativa de vida ser causada pelas violências e homicídios sofridos em decorrência de suas identidades, a partir da referência aos projetos feitos desde a origem dos movimentos trans que se focavam principalmente em providenciar saúde pública e reconhecimento dentro da área da medicina, é perceptível que a epidemia da AIDS, assim como a contínua falta de apoio nos anos seguintes para outras epidemias e doenças, prejudicou o bem-estar da população trans.

5.3.2. Violências: misgender e deadnaming

Misgendering é um termo em inglês (pode ser traduzido como "errar/ter a ideia errada sobre o gênero de alguém") que se refere a situações em que uma pessoa trans é referida por pronomes ou termos de um gênero que não se identifica. Por exemplo, se uma mulher trans é referida como "senhor" ou "ele", ela estaria sofrendo *misgender*.

Um estudo de 2014 do jornal *Self and Identity* com mais de 200 pessoas trans entrevistadas no total, reuniu as seguintes informações:

- "32,8% dos participantes se sentiram estigmatizados quando sofreram *misgender*.
- Pessoas que sofreram *misgender* com mais frequência sentiram que sua identidade era muito importante, mas experienciaram problemas de baixa autoestima em relação a sua aparência.
- Elas também sentiram menos força de vontade em dar continuidade a sua identidade." (Healthline, 2017)

A partir disso, conclui-se que a concepção errada do gênero de alguém pode ocasionar em situações constrangedoras e, conforme essas situações se repetem, é possível que as vítimas desse tratamento se sintam coagidas a desistir de sua transição de gênero.

"*Deadnaming* é quando uma pessoa intencional ou acidentalmente chama uma pessoa trans [...] por um nome que ela já não utiliza mais [...]. *Deadnaming* é uma forma de discriminação e uma microagressão contra pessoas trans [...]" (PORREY, 2023) *Deadnaming* pode ser traduzido como "tratar uma pessoa pelo nome morto". O "nome morto" de uma pessoa trans é um termo utilizado comumente para o nome de registro que uma pessoa trans não utiliza mais.

Utilizar o nome errado de uma pessoa trans é uma violência parecida com o erro dos pronomes, porém muitas vezes considerada mais intensa, pois costuma vir com a violência da privacidade da pessoa, assim como o vazamento de uma informação pessoal comprometedor. Essa ação pode "tirar a pessoa do armário", ou seja, expor que um indivíduo é trans sem seu consentimento, assim proporcionando possíveis aberturas para outras formas de violência e discriminação, além de causar estresse psicológico. Outra consequência do *deadnaming* é a invalidação da identidade da pessoa, que pode se sentir desrespeitada. (PORREY, 2023)

Estas duas violências (misgender e deadnaming) têm a necessidade de serem mencionadas pois são agressões específicas à comunidade trans. Embora uma pessoa cis possa ser referida pelos pronomes errados, as implicações culturais e sociais não são as mesmas de quando isso ocorre com uma pessoa trans, que muitas vezes já sofreu outros tipos de violência relacionados à sua identidade e tais microagressões podem ser o gatilho de um trauma. Dessa maneira, o respeito à diversidade de gênero não é apenas reservado à boa convivência, mas também se torna uma questão de saúde psicológica no contexto de um grupo marginalizado.

5.3.3. Nome social e (neo)linguagem

O nome social se refere a como uma pessoa trans se identifica e é socialmente reconhecida, costuma ser um nome que o próprio indivíduo escolheu após iniciar sua transição de gênero. Este nome é importante pois representa a identidade da pessoa, e a recusa ou proibição de sua utilização pode acarretar fortes sofrimentos psíquicos. Dessa maneira, o nome social é um exemplo comum de como a linguagem é impactante na aceitação da comunidade trans, assim como um dos fatores relacionados à inclusão destas pessoas.

Apesar de parecer uma mudança mínima na frase, o nome é o direito mais básico quando se trata do reconhecimento de qualquer entidade: negá-lo é também uma forma de desumanização. É uma maneira de afirmar implicitamente que a identidade de alguém não é reconhecida nem nos menores dos direitos. É uma estratégia para regredir as discussões, pois traz a reflexão: como podemos falar sobre segurança, saúde pública e acesso à educação de qualidade, quando sequer somos reconhecidos como parte da sociedade?

Como citado anteriormente, a sigla da ANTRA não incluía a palavra “travesti” por ser muito “pejorativa”, sendo preferível o termo “transgênero”. Porém, dentre as travestis ativistas da comunidade trans, houve um movimento de ressignificação; elas usavam a palavra como autoidentificação, reconhecendo-se como “travestis”, para que mais tarde a sigla passasse a significar Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Assim, é possível entender como a linguagem tem poder social sobre como as pessoas são vistas e como se identificam: apesar da palavra “travesti” ter sido utilizada como insulto, muitas travestis se apropriaram do termo como um ato de resistência e ressignificaram para algo positivo à comunidade.

Além disso, também é relevante citar outras maneiras como a língua e a linguagem podem ser utilizadas como ferramentas de opressão e empoderamento. Em questões de gênero, há um debate sobre o favorecimento do masculino perante outras identidades – quando se utiliza do pronome masculino “eles” para se referir a um grupo misto, por exemplo. Levando tanto a desigualdade quanto a diversidade de gênero, a “linguagem neutra visa se comunicar de maneira a não demarcar gênero no discurso linguístico, a fim de incluir todos os indivíduos.” (CAÊ, Gioni)

A linguagem neutra e a linguagem inclusiva são ambas estratégias para evitar esse binarismo e machismo. Entretanto, embora tenham objetivos parecidos e funcionem em conjunto, são dois conceitos diferentes. "Linguagem neutra" se refere a uma "neolinguagem", ou seja, palavras novas que foram criadas para serem adicionadas em situações que fossem pertinentes, como o neopronome "elu". Já a "linguagem inclusiva" diz respeito a formas de arquitetar o discurso sem demarcar gênero, seguindo a ideia de utilizar palavras inclusas na norma culta da Língua Portuguesa, como escolher a palavra "pessoa" ou "indivíduo" em vez de "homem/mulher". Sendo assim, ambas as formas de linguagem podem ser utilizadas para se referir a grupos mistos ou indefinidos, pessoas trans e/ou não-binárias que tenham preferência por pronomes neutros, e pessoas que não têm gênero definido, como bebês intersexo, por exemplo.

5.3.4. Gênero é uma construção social

Segundo o livro "A Construção Social da Realidade" de Peter L. Berger e Thomas Luckmann, a linguagem tem papel essencial quanto à organização dos seres humanos enquanto sociedade, abrindo questionamento para o que é objetivo e palpável, inquestionavelmente confirmado, e o que é subjetivo e sujeito a mudanças. A habilidade de nomear e caracterizar objetos, ações e conceitos em palavras que são acordadas em conjunto é o que origina a realidade como a entendemos.

"Não posso usar as regras da sintaxe alemã quando falo inglês. Não posso usar palavras inventadas por meu filho de três anos de idade se quiser me comunicar com pessoas de fora da família. [...] Em outras palavras, a linguagem é flexivelmente expansiva, de modo que me permite objetivar um grande número de experiências que encontro em meu caminho no curso da vida. A linguagem também tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais

tem sentido não somente para mim mas também para meus semelhantes. Ao mesmo tempo em que tipifica também torna anônimas as experiências, pois as experiências tipificadas podem em princípio ser repetidas por qualquer pessoa incluída na categoria em questão." (BERGER, Peter L. et al, 1966.)

As concepções do que é ser homem ou mulher são conceitos socialmente criados, pois apesar da existência de diferenças biológicas entre corpos, a distinção entre eles foi escolhida como um acordo geral da sociedade. A compreensão de gênero muda durante o tempo, assim como o entendimento da ciência sobre sexo e características secundárias. A biologia humana, comumente utilizada para verificar argumentos e violências transfóbicas, não é binária: a existência de pessoas intersexo, por si só, invalida esta visão, especialmente com o aumento de estudos sobre os distúrbios da determinação e diferenciação do sexo (DDDS). (GUERRA-MACIEL, 2005.)

5.4. Direitos trans no Brasil

5.4.1. Retificação do nome social e gênero

Segundo o decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, o nome social é entendido como o nome adotado pela pessoa trans e pelo qual ela é reconhecida socialmente. O segundo artigo do decreto estabelece que “órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seus atos e procedimentos, deverão adotar o nome social da pessoa travesti ou transexual.”

Da mesma maneira, o direito ao nome social foi assegurado pelo Conselho Nacional de Justiça em 2016, e no caso de menores de dezoito anos não emancipados, é necessária a declaração dos pais ou responsáveis. Esta resolução estabelece que o nome social deve receber destaque ao nome de registro, agentes públicos devem respeitar a identidade de gênero e tratar pelos pronomes indicados. Em processos judiciais, o nome social deverá vir em primeira posição, assim como deverá ser utilizado em comunicações internas de uso social, cadastro de dados, endereço de correio eletrônico, identificação funcional de uso interno, listas de números de telefones e nome de usuário em sistemas de informática.

O primeiro artigo do Provimento Nº 73 de 28/06/2018 garante o processo de mudança de nome e identidade de gênero para a pessoa transgênero no Registro

Civil das Pessoas Naturais em certidões de nascimento e casamento, podendo ser realizado em qualquer um dos 7.660 cartórios de Registro Civil do país e havendo a possibilidade de somente mudar o nome, o gênero, ou ambos, compeltamente por autonomia da pessoa, sem necessidade de cirurgia de redesignação de sexo. Também, em 2022, a Lei 14.382 alterou o artigo 56 da Lei de Registros Públicos para que qualquer pessoa maior de 18 anos pudesse mudar de nome, independentemente da justificativa e autorização judicial. Entretanto, pessoas que não atingiram a maioridade ainda devem dar entrada a uma ação judicial para mudar de nome e gênero na certidão de nascimento.

Em 2018, tornou-se possível a autodeclaração do nome social no título de eleitor. Em 2020, o nome social podia ser incluído na Carteira de Trabalho. Em geral, desde 2014, quaisquer instituições brasileiras têm o dever de respeitar o nome social.

5.5. Desenvolvimento Web no Brasil

De acordo com o Pew Research Center (2021), o Brasil é o país que detém a segunda colocação quando se trata de desenvolvimento de aplicativos mobile (apps). Além disso, foi registrado mais de um celular por pessoa no Brasil em 2022, segundo a FGV, sendo que os jovens brasileiros têm uma taxa de uso de celulares de 96% (McAfee, 2022); assim, pode-se concluir a partir desses dados que aplicativos são uma maneira acessível por grande parte da população jovem, sendo também uma maneira de repassar informações e criar uma rede de apoio para a própria comunidade trans.

A elaboração deste projeto de pesquisa se dá como um trabalho de conclusão de curso para a escola de Ensino Médio e Técnico Senac durante um total de três anos. A partir de práticas vistas ao decorrer dos trimestres e em cursos a parte, tenho como proposta desenvolver um aplicativo ou website que atenda ao máximo das necessidades investigadas até então.

Existem diversas áreas do conhecimento que necessitam de atenção quando se trata da comunidade trans no Brasil, especialmente considerando a opção de uma solução tecnológica: segurança pública, acesso a saúde de qualidade, direitos humanos, entre outras. Além disso, o Brasil é um país que não é apenas rico em biodiversidade natural, como também em diferenças culturais e desigualdades sociais.

Como analisado anteriormente, há a crença popular de que metrópoles tendem a ser locais livres e seguros para a comunidade LGBTQIA+, enquanto cidades do interior acabam isoladas. Em vista de todos estes fatores, a proposta relacionada a este projeto é limitada a três assuntos: nome social, acesso a informações sobre direitos trans, e comunidade local santacruzense.

5.5.1. Outros aplicativos

Considerando o foco do projeto de pesquisa em procurar soluções tecnológicas para auxiliar jovens trans por meio do acesso a informações sobre a própria comunidade, assim como outros fatores influenciados pelo uso da internet, entende-se que a criação de um aplicativo *mobile* ou um *website* produzido sob a prática *mobile-first* se torna essencial. Para isso, pesquisei em lojas de aplicativos, como a Play Store, e na internet, como em portais de notícias e mídias sociais, por plataformas que atendessem a ideias semelhantes repassadas no projeto de pesquisa.

Durante a pesquisa, encontrei o aplicativo Queely, criado por estudantes do Distrito Federal, que serviria como auxílio para pessoas em processo de transição de gênero, com função de avaliar humores, organizar rotina para o tratamento hormonal e ainda registrar fotos e pensamentos. (ASSIS, 2021.) Um aplicativo que atende às necessidades da comunidade trans quanto a área da saúde traz uma atuação tecnológica sobre problemas que haviam sido apontados anteriormente na história com o Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids (ENTLAIDS), por exemplo.

Além do aplicativo Queely, todas as outras plataformas encontradas são destinadas para namoro *online*, o qual não se relaciona com os objetivos deste projeto de pesquisa.

5.5.2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são práticas acordadas entre os países participantes da Organização de Nações Unidas que têm o propósito de erradicar as desigualdades econômicas, políticas e sociais existentes no mundo até o ano de 2030. É essencial que as pesquisas científicas também se alinhem à

Agenda 2030 da ONU. Por isso, dentre os 17 objetivos, pelo menos 4 deles são abordados por este projeto de pesquisa:

5.5.2.1. Saúde e bem-estar

No ODS "Saúde e bem-estar", é prezado a plena saúde mental e física e bem-estar de todas as pessoas em todas as idades. Sendo assim, o bem-estar de pessoas trans reduz consideravelmente o número de mortes por suicídio, como afirmado pelo estudo de Journal of Adolescent Health que comprovou a redução de transtornos psicológicos e ideação suicida pelo uso correto de pronomes, além de também reduzir o número de violências transfóbicas, como o transfeminicídio que ocorre devido a uma reação violenta causada pela aversão do indivíduo pela pessoa travesti ou transfeminina.

5.5.2.2. Igualdade de gênero

No ODS "Igualdade de gênero", pretende-se "alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas" do mundo. Ao abordar a diversidade de gênero na sociedade e linguagem, o projeto combate concepções preconceituosas. Além disso, o empoderamento feminino também inclui mulheres trans e travestis, tornando iniciativas a favor da inclusão da comunidade trans também uma pauta da igualdade de gênero.

5.5.2.3. Indústria, inovação e infraestrutura

O ODS "Indústria, inovação e infraestrutura" traz diversos assuntos à tona, com foco na área industrial, entretanto, também aborda a pesquisa científica, soluções tecnológicas e a inovação. Por conseguinte, relaciona-se ao projeto pois elabora uma pesquisa científica com um tema com poucos estudos na área, assim fomentando a inovação com uma solução tecnológica: o desenvolvimento web enquanto ferramenta para inclusão de jovens trans.

5.5.2.4. Redução das desigualdades

O ODS "Redução das desigualdades" tem o foco em reduzir as desigualdades no interior dos países, como também preza pelo desenvolvimento de países subdesenvolvidos. O projeto conduz a proposta de produzir uma plataforma que ajudaria a diminuir as desigualdades e promover o respeito a diversidade de gênero a nível municipal, mas de maneira escalável, pois se baseia em referências a nível nacional.

6. METODOLOGIA

Foi utilizado o método de “pesquisa descritiva”, com a finalidade de analisar ações sociais e organizações relativas à comunidade trans no Brasil. Tanto a revisão bibliográfica quanto o estudo de documentos foram essenciais para a elaboração deste projeto, pensando a análise a partir de fontes de pesquisa primárias, secundárias e terciárias.

Como exemplos de fontes primárias dentro do projeto, estão o “Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2023”, assim como outros dossiês divulgados anteriormente pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), além de registros feitos diretamente pelos movimentos sociais investigados e documentos governamentais oficiais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e leis direcionadas a pessoas trans.

Como exemplos de fontes secundárias e terciárias, estão artigos de revisão sobre dados e história da comunidade LGBTQIA+, com foco na comunidade trans. Outro exemplo envolve reportagens e notícias correlacionados ao tema de pesquisa, que tratam tanto de acontecimentos relevantes quanto trazem as visões de especialistas da área abordada.

O estudo feito neste projeto tem caráter qualitativo, visando reunir dados e estatísticas a fim de analisá-los sociologicamente para entender comportamentos e fenômenos sociais, e concluir quais atitudes são necessárias.

Por fim, o projeto também conduzirá uma pesquisa de campo, a fim de contabilizar estatisticamente as maiores necessidades a serem atendidas por um website que servirá como conclusão para o projeto, pois reunirá os principais pontos investigados e medidas fundamentais para o desenvolvimento humano de pessoas trans, visando o bem-estar e acessibilidade.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES PARCIAIS

Na primeira divulgação do formulário para a pesquisa de campo relacionada a este projeto de pesquisa, foram entrevistadas um total de 12 pessoas e o questionário foi divulgado em grupos fechados entre pessoas de Santa Cruz do Sul e região.

Em relação às perguntas de identificação, a categoria de gênero ficou dividida igualmente em três grupos: Masculino (33,3%), Feminino (33,3%) e Não-binária (33,3%). Ao mesmo tempo, a maioria das respostas afirmou a faixa etária entre 13 anos e 18 anos (adolescentes) (91,7%), e a escolaridade de Ensino Médio Incompleto (75%) e Ensino Fundamental Completo (16,7%); a partir dessas informações, é possível concluir que o formulário atingiu seu público-alvo ideal: jovens, com identidades de gênero diversas.

Quanto às perguntas relativas à tecnologia, os entrevistados foram apresentados quatro frases e foram instigados a marcar qual era mais auto-identificável. A maior parte das respostas concordou com a afirmação "Fico o tempo inteiro no celular" (66,7%). Além disso, houve outras duas afirmações que tiveram respostas: "Só uso o celular quando necessário" e "Quase nunca uso o celular". Nenhum participante marcou a opção "Não tenho celular".

Entretanto, quanto à pergunta "Você se considera uma pessoa trans?", a maioria das respostas foram negativas (66,7%). Esta resposta demonstra um desvio quanto à divulgação do formulário, pois o público-alvo do projeto são jovens trans, ou seja, por mais que a amostra coletada seja de um grupo de pessoas com gêneros diversos, somente uma minoria de pessoas se considera trans, sendo assim necessário uma abordagem diferente quanto a próxima vez que o questionário for divulgado.

Na pergunta de múltipla escolha "Quais áreas você acredita que falta apoio ou informações em relação à comunidade trans?", o maior número de respostas foi na opção "Emprego" (100%), seguida por "Recursos (ex.: binders, cirurgias, hormônios, etc.)" (91,7%). As opções "Nome social" e "Segurança" receberam 10 respostas (83,3%). Dentre as outras opções, "Saúde" foi selecionada por 8 pessoas (66,7%), "Tratamento hormonal" por 7 pessoas (58,3%), e "Encontrar outras pessoas trans" (41,7%).

As quatro pessoas que responderam que se consideravam trans (33,3%) foram instigadas a responder a pergunta opcional de resposta livre "(Se sim) Como você escolheu seu nome social?". As respostas foram variadas e poucas, entretanto declararam algum tipo de pensamento de "tentativa-e-erro" na escolha do próprio nome. Dessa maneira, ainda não considero nenhuma conclusão, pois as amostras foram insuficientes.

Em relação às perguntas relacionadas ao processo de criação da plataforma: a pergunta "Você conhece alguma organização ou apps dedicados a ajudar pessoas trans?" recebeu uma maioria de respostas "Não" (75%), com apenas três pessoas afirmando que "Sim" (25%). Já na pergunta opcional de resposta livre "O que você gostaria que tivesse em um aplicativo mobile (app) destinado a pessoas trans?", houve um total de oito respostas. Dentre as necessidades e sugestões enviadas, as mais abordadas foram: portal de informações (sobre direitos, locais para transição médica, etc.), protagonismo trans, e fórum de comunicação entre pessoas da comunidade trans.

Após a análise minuciosa dos resultados no formulário divulgado, conclui-se que:

- As pessoas fazem uso frequente do celular.
- As áreas relacionadas ao mercado de trabalho, acesso a recursos e direitos são vistas com maior urgência.
- A escolha do nome social é um processo individual, pessoal e longo.
- Faltam plataformas e organizações que se dediquem a ajudar pessoas trans.
- Estabelecer uma rede nacional de apoio e comunicação entre pessoas trans continua sendo um fator na luta da comunidade.

Por fim, também se entende que a conduta para a próxima divulgação do formulário deva focar no público-alvo, assim prezando o protagonismo trans nas respostas, pois isso garantirá respostas mais pertinentes e relevantes ao tema de pesquisa.

8. RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segunda divulgação do formulário foi feita pelas redes sociais e grupos estudantis fechados que incluía a população de Santa Cruz do Sul, do Rio Grande do Sul. A faixa etária principal do público atingido foi majoritariamente de 13 a 18 anos (adolescentes) com Ensino Médio Incompleto, reunindo mais da metade das respostas.

A amostra reunida também inclui uma grande variedade de gêneros: 35,1% dos participantes declararam identificação com o gênero feminino, 35,1% com o gênero masculino, 27,1% como não-binário ou uma identidade fora da binariedade de gênero, e 2,7% escolheram a opção “Prefiro não dizer”. Desta maneira, percebe-se nos resultados da pesquisa de campo a diversidade de gênero abordada ao decorrer do trabalho, assim compreendendo sua relevância e a coerência ao público atingido. Ainda dentro do contexto de diversidade de gênero, foi perguntado “Você se considera uma pessoa trans?”, recebendo as respostas “Sim” (31,4%) e “Não” (68,6%), porém, mesmo que a maioria do público não incluía somente pessoas trans, a eficiência dos resultados permanece significativa, afinal o formulário ainda atingiu um público diverso e, por exemplo, questões como a tecnologia ainda podem ser investigadas independente da identidade ou modalidade de gênero.

Quanto à pergunta cuja intenção era averiguar a intensidade e frequência do uso de celular, os participantes escolheram dentre quatro afirmações qual lhe refletia melhor, sendo estas:

- “Fico o tempo inteiro no celular.” (80% das respostas.)
- “Quase nunca uso o celular.” (8,6% das respostas.)
- “Só uso o celular quando necessário.” (11,4% das respostas.)
- “Não tenho celular.” (Não foi marcada por nenhum dos participantes.)

Assim, pode-se concluir que a maioria das pessoas usa frequentemente o celular, enquanto o resto da amostra também usa, mas pouco.

Em contrapartida, ao serem perguntados “Você conhece alguma organização ou apps dedicados a ajudar pessoas trans?”, a maioria das pessoas respondeu que não (80%), ou seja, apesar do uso frequente do celular e, consequentemente, a internet, não são conhecidas organizações focadas no auxílio de pessoas trans. Isto pode ser consequência de dois cenários: não existem organizações ou apps que se dediquem a ajudar pessoas trans ou, se existem, não ganham grande divulgação e

não são acessados. Entretanto, dentre as pessoas que responderam que conheciam iniciativas (20%), somente quatro participantes exemplificaram com nomes:

- EducaTRANSforma (Iniciativa remota, divulgada por meios virtuais, que visa profissionalizar pessoas trans para o mercado de trabalho formal)
- AMBITRANS UNISC (Ambulatório destinado a pessoas trans promovido pela Universidade de Santa Cruz)
- CasaNem, REBRACA, Casinha Acolhida, Casa Amarela - Ribeirão Preto (Casas de acolhimento da população LGBTQIA+)
- Trans empregos (Projeto de empregabilidade para pessoas transgêneras no Brasil, visando diminuir a taxa de desemprego da comunidade)

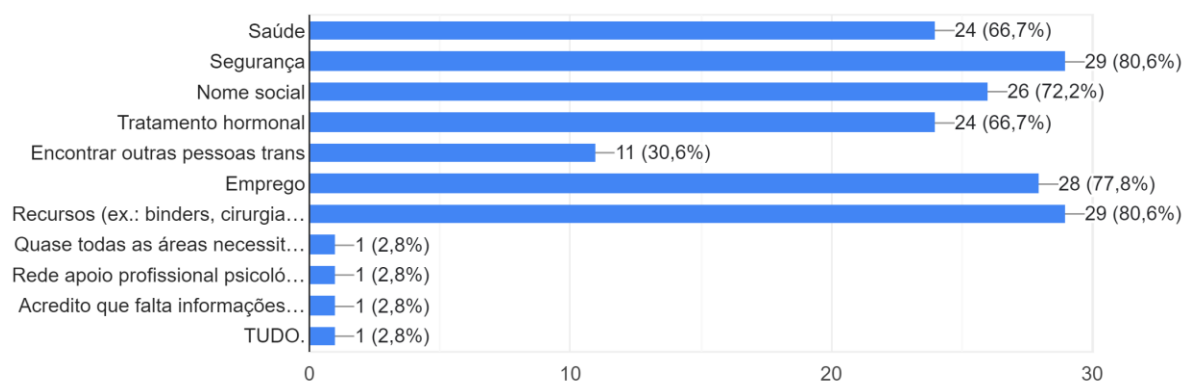
Quanto às necessidades de pessoas trans: esta parte da pesquisa foi abordada por três perguntas diferentes, “Como você escolheu seu nome social? Você passou dificuldades nesse processo?” (na sequência de “Você se considera uma pessoa trans?”, para quem respondeu que sim; pergunta de parágrafo livre), “Quais áreas você acredita que falta apoio ou informações em relação à comunidade trans?” (de múltipla escolha), e “O que você gostaria que tivesse em um aplicativo mobile (app) destinado a pessoas trans?” (de parágrafo livre).

Em relação às áreas que sofrem com falta de apoio ou informações, destaca-se o alto número de respostas marcadas em todas as áreas, denunciando a negligência e uma urgência quanto às necessidades desta comunidade. O gráfico abaixo demonstra que os maiores índices estão, em ordem decrescente, em “Segurança”, “Recursos (ex.: binders, cirurgias, hormônios etc.)”, “Emprego”, “Tratamento hormonal”, “Saúde”, e “Encontrar outras pessoas trans”. Além disso, destaca-se que as respostas personalizadas pelo próprio participante foram “Rede apoio profissional psicológica + educação quanto ao tema” e enfatizaram que todas as áreas necessitam urgente apoio, destacando a necessidade de educação e falta

de segurança que pessoas trans sentem.

Quais áreas você acredita que falta apoio ou informações em relação à comunidade trans?

36 respostas



Quanto às sugestões para uma plataforma virtual que atendesse pessoas trans, o principal ponto abordado foi a necessidade de informações do tema, como por exemplo:

- Locais e formas de acessar serviços de saúde (mental e física), especialmente para lidar com transição de gênero.
- Direitos trans garantidos no Brasil e o que fazer em caso de transfobia.
- Questões de recursos (binders, packers etc.), em especial por preços acessíveis.

Além disso, houve também um forte enfoque quanto à interação entre a própria comunidade, provando a relevância abordada pelo projeto de que a internet pode ser utilizada para estabelecer uma rede nacional de apoio, assim sendo uma ferramenta útil para os movimentos sociais espalhados pelos municípios e estados do país.

Destaca-se duas respostas curtas, mas relevantes: “[Eu gostaria que tivesse] A perspectiva das próprias pessoas trans sobre tudo que for abordado” e “Poderia ter [na plataforma] informações sobre dúvidas comuns que uma pessoa trans pode ter.” Estas frases, apesar de simples, denotam o principal objetivo do trabalho: colocar pessoas trans em locais de protagonismo ao criar uma plataforma destinada a esta comunidade, sempre priorizando que suas vozes sejam ouvidas e estabelecendo auxílio e apoio. O formulário não foi acessado somente por pessoas trans, enfatiza-se a seguinte resposta: “Não sendo uma pessoa trans e não tendo muito conhecimento a respeito acho muito difícil opinar sobre, mas posso afirmar com toda certeza que um

app para pessoas trans seria de grande utilidade para a comunidade.” Dessa maneira, também comprovando a coerência da solução técnica ao projeto de pesquisa.

9. PLATAFORMA SEREIA

A fim de estabelecer uma solução técnica enquanto comprovação conclusiva do projeto, foi elaborada uma plataforma virtual que estabelece três meios de acesso à informação: uma aba que registra e explica os direitos trans que existem no Brasil, com um botão de redirecionamento para a legislação na íntegra; a listagem de organizações locais em Santa Cruz do Sul que se dedicam ao apoio da diversidade, com seu local de atuação para visita e redes sociais para contato; e a enumeração de diversas entidades que atuam de forma remota e podem ser acessados inteiramente por meios virtuais, como a EducaTRANSforma, que visa a profissionalização de pessoas trans na área da tecnologia.



A plataforma recebe o nome de “SereiA”, como homenagem à música de mesmo nome de autoria da artista Linn da Quebrada. Na composição, a cantora faz um cântico como mensagem de apoio a outras travestis e mulheres trans: “Mas não se esqueça / Levante a cabeça / Aconteça o que aconteça / O que aconteça, aconteça / Continue a navegar / Continue a travecar”, dessa maneira, existem dois pontos importantes a se avaliar na música: a mensagem de apoio e resiliência às pessoas trans feita por uma travesti; e o uso da palavra “travecar”, em que a artista utiliza de sua liberdade artística ao utilizar um verbo inexistente na norma culta da Língua Portuguesa Brasileira a fim de denotar a experiência trans em um verbo infinitivo.

Dessa maneira, a artista recorre à manipulação e inovação da linguagem com a intenção de fazer um tributo à extensa história de resistência da própria comunidade.



Com a utilização de HTML (linguagem de marcação) e CSS (linguagem de estilização) para a criação de um website estático que reúne as informações destinadas a pessoas trans, o projeto alcança o objetivo geral de desenvolver uma plataforma virtual destinada para auxiliar para jovens trans no Brasil. Além disso, quanto a questão do nome social, com sua importância comprovada ao decorrer do referencial teórico e com os resultados da pesquisa de campo, este assunto recebe destaque no website.

Por fim, o website está disponível para acesso com página criada por meio do repositório da turma com início no ano de 2022 no Ensino Médio integrado ao Técnico do Senac Santa Cruz do Sul, sob a pasta do estudante Theo Dominique de Azevedo Trodo Lima: senacscs.github.io/t2/domi/sereia/, com todas as suas funções disponíveis para uso.

10. REFERÊNCIAS

ASSIS, Richard. Estudantes do DF criam aplicativo que ajuda pessoas trans no processo de transição de gênero. G1, 11 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/11/08/estudantes-do-df-criam-aplicativo-que-ajuda-pessoas-trans-no-processo-de-transicao-de-genero.ghtml>

ANVERSA, Luiz. Brasil tem mais celular do que pessoas, diz pesquisa da FGV. EXAME, 28 de junho de 2024. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/brasil-tem-mais-celular-do-que-pessoas-diz-pesquisa-da-fgv/>

BENEVIDES, Bruna G. ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2023. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2023/01/dossieantra2023.pdf>

BENEVIDES, Bruna G. ASSASSINATOS E VIOLÊNCIAS CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2022. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf>

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. "A Construção Social da Realidade", 1966.

BLAKEMORE, Erin. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQIAP+. National Geographic Brasil, 24 de junho de 2021. Cultura, LGBTQIA+. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>

CAÊ, Gioni. Manual para o uso da linguagem neutra em Língua Portuguesa.

Censo 2022 indica que o Brasil totaliza 203 milhões de habitantes. Gov.br, 28 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2023/06/censo-2022-indica-que-o-brasil-totaliza-203-milhoes-de-habitantes>

CLEMENTS, KC. Healthline, 2017. Disponível em: <https://www.healthline.com/health/transgender/misgendering>

Conselho Nacional de Justiça. RESOLUÇÃO DE 2016. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2016/06/654dcfe991b842ff39e3a194b20af928.pdf>

Conselho Nacional de Justiça. Provimento Nº 73 de 28/06/2018. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2623>

Grupo Esperança, de apoio à diversidade, recebe Marry Ducci. Prefeitura Municipal de Curitiba, 03 de setembro de 2010. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/grupo-esperanca-de-apoio-a-diversidade-recebe-marry-ducci/20485>

Grupo Dignidade. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/>

GONÇALVES, Beatrice. Respeito à diversidade reduz os índices de suicídio entre a população LGBTQI+. Portal do IFSC, 2021. Disponível em: <https://www.ifsc.edu.br/noticia/2279378/respeito-%C3%A0-diversidade-reduz-os-%C3%ADndices-de-suic%C3%ADdio-entre-a-popula%C3%A7%C3%A3o-lgbtqi>

GUEDES, Beatriz. Mercado brasileiro de desenvolvimento de aplicativos é o segundo que mais cresce no mundo. SEGS, 2021. Disponível em: <https://www.segs.com.br/info-ti/296252-mercado-brasileiro-de-desenvolvimento-de-aplicativos-e-o-segundo-que-mais-cresce-no-mundo>

Leis Municipais, LEI Nº 8.395, DE 24 DE MARÇO DE 2020. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/s/santa-cruz-do-sul/lei-ordinaria/2020/840/8395/lei-ordinaria-n-8395-2020-dispoe-sobre-a-criacao-do-conselho-municipal-da-diversidade-comudi-em-santa-cruz-do-sul-e-da-outras-providencias>

MACIEL-GUERRA, Andréa T.; GUERRA-JÚNIOR, Gil. Intersexo: entre o gene e o gênero, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0004-27302005000100001>

MCAFEE. Life Behind the Screens of Parents, Tweens, and Teens. 2022. Disponível em: <https://www.mcafee.com/content/dam/consumer/en-us/docs/reports/rp-connected-family-study-2022-global.pdf>

MENDONÇA, Rani de. Entidades denunciam subnotificação de assassinatos de pessoas trans em Pernambuco. Brasil de Fato, Recife (PE), 29 de janeiro de 2020. Política. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/01/29/a-violencia-marca-a-vida-das-pessoas-transexuais-conheca-historias-de-quem-enfrentou>

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; Governo Federal do Brasil. Garantia de utilização do nome social para as pessoas travestis e transexuais. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf

Mudança de Nome e Gênero no Cartório de Registro Civil. Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. Disponível em: <https://arpenbrasil.org.br/wp-content/uploads/2022/06/Transgeneros-2.pdf>

Município de Santa Cruz do Sul. Conselhos Municipais, 2023. Disponível em: <https://www.santacruz.rs.gov.br/secretarias/conselhos-municipais>

National Center for Transgender Equality. Disponível em: <https://transequality.org/>

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>

OLIVEIRA, Luciana de. Jovens e crianças trans estão sendo mortas cada vez mais cedo, diz autora de dossiê. G1, 29 de janeiro de 2021. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/01/29/jovens-e-criancas-trans-estao-sendo-mortas-cada-vez-mais-cedo-diz-autora-de-dossie.ghtml>

PORREY, Melissa. SCHLANGER, Lauren. Very Well Health, 2023. Disponível em: <https://www.verywellhealth.com/deadnaming-5441593>

Portal da Câmara dos Deputados, 2016. DECRETO Nº 8.727, DE 28 DE ABRIL DE 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2016/decreto-8727-28-abril-2016-782951-publicacaooriginal-150197-pe.html>

RUSSEL, Stephen T. et al. Chosen Name Use Is Linked to Reduced Depressive Symptoms, Suicidal Ideation, and Suicidal Behavior Among Transgender Youth. Journal of Adolescent Health, 2018. Disponível em: [https://www.jahonline.org/article/S1054-139X\(18\)30085-5/fulltext](https://www.jahonline.org/article/S1054-139X(18)30085-5/fulltext)

SCHILD, Marcela. Muito além de um dia: o acolhimento de pessoas trans no projeto Ambitrans. UNISC, 2020. Disponível em: <https://www.unisc.br/pt/noticias/muito-alem-de-um-dia-o-acolhimento-de-pessoas-trans-no-projeto-ambitrans>

SOUSA, Keila Simpson. História. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. História. Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/>